



## Ana Júlia denuncia violência de madeireiros no Pará

A ação do governo federal no combate à devastação da Amazônia está gerando reação "absurda, ilegal e ilegítima" do setor madeireiro, em especial nos municípios paraenses de Altamira e Porto de Moz. A afirmação é da senadora Ana Júlia Carepa.

Página 7



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.833 – Brasília, terça-feira, 25 de novembro de 2003

## Governistas tentam votar a Previdência sem emendas



**CONSENSO** Mercadante e Rigotto (à direita) examinam subteto salarial dos executivos estaduais com Tião Viana, Edison Lobão e Romero Jucá

A reforma da Previdência enfrenta hoje votação decisiva no Plenário do Senado. O governo confia na aprovação da proposta, mas pode enfrentar dissidências entre os senadores da sua base quando forem examinadas emendas que mudem o conteúdo do projeto. O regimento estabelece, primeiro, a votação do texto básico.

O líder do governo, Aloizio Mercadante, e o governador gaúcho Germano Rigotto chegaram ontem a acordo sobre o subteto salarial dos estados.

## Jucá diz que sexta-feira terá o texto básico da reforma tributária

Páginas 3 e 4

### Conselho de Comunicação debate Lei de Imprensa

O Conselho de Comunicação Social – que comemorou ontem os 180 anos da primeira Lei de Imprensa do Brasil

– decidiu retomar a discussão do projeto da nova lei para o setor, que há 11 anos tramita no Congresso.

Página 6

### Eduardo cobra explicação do BNDES sobre ações da Vale

Página 8



Conselho de Comunicação fez sessão especial para celebrar 180 anos de lei



# Agenda

## Plenário começa votação da reforma da Previdência

Na pauta da sessão de hoje, marcada para as 14h30, está prevista a votação, em primeiro turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Às 10h, será realizada sessão solene conjunta

em homenagem ao Dia Internacional pela Não Violência contra a Mulher, no Plenário do Senado. Trata-se de uma iniciativa da bancada feminina do Congresso Nacional.

## Sarney participa de lançamento de livro sobre Darcy Ribeiro

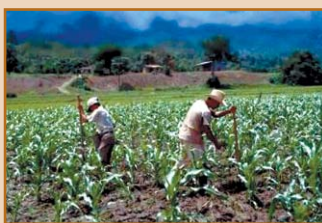
O presidente do Senado, José Sarney, preside hoje a sessão Plenária, a partir das 16h. Às 18h30, Sarney participa do

lançamento do livro *Grandes Vultos que Honraram o Senado – Darcy Ribeiro*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do

Senado Federal. O evento foi organizado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e é de iniciativa da Presidência da Casa.

## Banco cooperativo pode ter acesso ao FAT

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, projeto que autoriza acesso de bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para concessão de crédito rural (PLS nº 320/03) e proposta de indenização às famílias das vítimas do acidente na Base de Alcântara (PLC nº 78/03). No mesmo horário, a Subcomissão de Turismo participa da abertura do 5º Congresso Brasileiro da Atividade Turística e 1º Seminário Internacional de Turismo.



## Comissão debate uso de gás natural

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debate hoje, às 10h, o uso do gás natural como alternativa de energia para evitar um possível racionamento no país. Participam da discussão, entre outros, o presidente do Fórum dos Secretários de Energia, Eraldo Tinoco, e a secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Maria das Graças Silva Foster.

## Projeto garante creche para filhos de trabalhadores

Entre os itens a serem examinados hoje pela Comissão de Educação (CE), às 10h, estão o projeto que prevê assistência gratuita aos filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais, de até 6 anos de idade, em creches e pré-escolas (PLS nº 298/03); e a proposta que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidade escolar do trabalhador e de seus filhos dependentes, de até 24 anos de idade (PLS nº 287/03).



## Verão sem exploração sexual

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual discute hoje, às 14h30, a adoção do Pacto por um Verão Livre de Exploração Sexual. Participam da reunião órgãos do Executivo, entidades internacionais e organizações não-governamentais que atuam na área da infância e da adolescência.

## Orçamento impositivo na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza às 17h audiência com os secretários de Orçamento Federal, João Bernardo de Azevedo Bringel; do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy; e da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, para discutir propostas sobre o orçamento impositivo.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# REFORMAS

## José Jorge: governo quer aumentar carga tributária

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem a criação de um controle sobre a carga tributária como forma de viabilizar o crescimento econômico que o país precisa. Ele disse que a proposta de reforma tributária (PEC nº 74/03) que está sendo discutida no Senado aumenta a carga tributária e prejudica a classe média, que “não recebe nada em troca”.

Com base em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), José Jorge explicou que a classe média pagará pelo menos 23% a mais de Imposto de Renda (IR), em média, se o governo levar adiante o plano de corrigir entre 10% e 12% o teto de isenção, que hoje é de R\$ 1.058, e limitar as deduções com saúde, educação e dependentes a 20% do imposto devido.

– O presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, afirmou, em reportagem do jornal *O Globo* do último sábado, que isso é alarmante, porque a grande beneficiária dessa medida será a classe alta, que se utiliza muito pouco das deduções com despesas de saúde e educação – ressaltou o senador.

José Jorge lembrou que o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, disse que o governo pretende compensar os R\$ 500 milhões que perderia em arrecadação com o reajuste de 10% no limite de isenção do IR, “arrecadando do andar de cima” com a limitação em 20% nas deduções do imposto devido (despesas com educação, saúde e dependentes).

– Isso significa um lucro de



Roosevelt Pinheiro

### PREJUÍZO Classe média pagará 23% a mais de Imposto de Renda, alerta José Jorge

R\$ 3 bilhões. É isso que chamam de defender os pobres; uma espécie de Robin Hood às avessas; uma maneira de encher os cofres do governo e manter o superávit fiscal – afirmou ele.

### Aumento

O parlamentar explicou que um professor com dois dependentes e renda anual de R\$ 32.752, pelas regras atuais, consegue deduzir R\$ 11.589 e paga R\$ 1.269 de imposto. Se a regra de deduções mudar, ele só terá direito de descontar R\$ 4.071, e passará a pagar R\$ 2.975 de IR, 134% a mais do que ele desembolsa hoje. Um executivo do mercado financeiro, com renda anual de R\$ 153.524 e três dependentes, hoje consegue R\$ 23.274 em deduções e recolhe R\$ 30.741 à Receita. Com o novo limite, passaria a abater só R\$ 8.516, mas pagaria R\$ 29.026 de imposto, 6% a menos do que hoje.

## Augusto critica manipulação de verbas da Educação

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou o governo por usar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para manipular recursos hoje vinculados constitucionalmente à área da educação.

O senador ressaltou que a DRU, criada em 2000, ou seja, durante o governo Fernando Henrique, para dar liberdade ao Executivo na execução do Orçamento, nas mãos do governo Lula já causou perdas de R\$ 3,6 bilhões no caso da educação, segundo o subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, Paulo Rocha.



## REFORMAS

Governistas estão confiantes em que proposta básica será aprovada. Mão Santa considera que mudanças prejudicam os idosos. Romero Jucá, por sua vez, anuncia que texto sobre a tributária sai na sexta-feira



Rosenelt Pinheiro

**INJUSTIÇA** Para Mão Santa, governo quer resolver problema de caixa com sacrifício de idosos

## Mão Santa se diz indignado com proposta do governo

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem a proposta de reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo. Ele manifestou sua indignação com a reforma e disse que espera encontrar em cada senador “um companheiro na indignação

contra a injustiça que está sendo cometida com os velhinhos e as viuvinhas”.

O senador, que revelou ter votado em Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a reforma “é simplesmente para fazer caixa” e lamentou que ninguém, por parte do governo, tenha se empenhado em um debate qualificado.

– Tem o trator, o acordo e a negociata. Acharam que um piauiense ia se agachar por uns carguinhos. Já fui prefeito e governador e sei que tem que ter equilíbrio de caixa, mas poderiam diminuir os gastos de outra maneira, que não sacrificassem os velhinhos – destacou.

Mão Santa sugeriu que o governo tenha humildade e corte gastos diminuindo o número de ministérios e de cargos de confiança “e as mordomias, as viagens e o turismo”. Ele também criticou o acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que “promove o desmonte do serviço público” e quer a universidade pública transformada em universidade paga.

– O pobre jamais será doutor nesta pátria do FMI – concluiu.

## Parecer sobre a tributária fica pronto sexta, diz Jucá

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que na sexta-feira já deverá ter pronto o texto base para que seja negociado politicamente na próxima semana com os partidos. “Já temos 40% da espinha dorsal fechada, consolidada, e nesta quinta-feira o prazo para emendas se encerra, porque é o último dia de discussão em Plenário, e na próxima semana já poderemos votar”, informou Jucá.

O senador reuniu-se no começo da noite com os coordenadores do PSDB e do PFL, Tasso Jereissati (CE) e Rodolpho Tourinho (BA), para o exame da primeira parte do texto. “Primeiro, traduzimos do ‘tributês’ e ‘economês’ para o português. Depois, cuidamos da parte legislativa e da forma”, explicou Tourinho. Hoje haverá mais uma reunião, dessa vez com a presença do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que não esteve na reunião de ontem porque tinha compromisso no Palácio do Planalto.

O que já está definido é a im-

plantação por etapas, como foi acertado na semana passada. Para o ano que vem, seria prorrogada a CPMF (por quatro anos) e a Desvinculação de Receitas da União, além de se definir como será o Fundo de Compensação de Exportações e a cobrança da Cofins de produtos importados que tenham equivalente nacional. Para 2005, está prevista a unificação das alíquotas do ICMS em um total de cinco, em vez das 44 que existem hoje. Também deverá entrar em vigor o Fundo de Desenvolvimento Regional, que ainda não tem definido o valor e a origem dos recursos.

Em 2006, prevê-se a redução da alíquota da CPMF, provavelmente para 0,08%, em vez dos atuais 0,38%, o que tornará o tributo meramente fiscalizatório. Para 2007 está prevista a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cuja composição ainda divide governo, PSDB e PFL. Os dois partidos de oposição querem que, além de ICMS e IPI, o IVA inclua contribuições sociais e ISS.

# Plenário inicia a votação do texto da Previdência

■ Antes de a proposta ir a voto, cada senador poderá defender seu ponto de vista durante pelo menos 5 minutos

A reforma da Previdência terá hoje, em primeiro turno, votação decisiva no Plenário. O governo tem certeza da aprovação do texto básico da proposta, mas deve enfrentar dissidências nos partidos da sua base quando tentar derrubar emendas que mudem o seu conteúdo. Pelo Regimento do Senado, primeiro é votada a proposta, depois, as emendas.

A sessão começará às 14h30, mas antes da votação haverá longa discussão, quando cada senador terá no mínimo cinco minutos para falar. Até agora, a reforma não recebeu qualquer mudança no Senado – as alterações aceitas pelo governo foram colocadas em uma proposta paralela, a ser votada nos

próximos dias.

O PFL anunciou ontem que votará contra a reforma da Previdência e que não aceita a emenda paralela. O PSDB, também de oposição, deve liberar sua bancada, mas quer a votação de emendas, entre elas a que garante regra de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadoria, paridade salarial para os atuais servidores quanto se aposentarem (mesmos reajustes para ativos e inativos) e isenção da contribuição previdenciária de 11% para inativos com mais de 70 anos.

O governo já aceitou fazer algumas alterações no Senado, desde que estejam na emenda paralela – que, depois do Senado, será submetida aos deputados, enquanto o texto da reforma da Previdência poderá ser logo promulgado. Caso os senadores aprove alguma emenda que modifique a proposta, a reforma terá de voltar à Câmara. Entretanto, se for emenda de supressão de algum

artigo, parágrafo ou inciso, e não afetar o restante da reforma, não haverá necessidade de retorno à Câmara.

Para ser aprovada, a proposta de emenda à Constituição da Previdência (PEC nº 67/03) terá de receber 49 votos favoráveis (três quintos dos 81 senadores). No caso de emendas, o seu autor deve conseguir os 49 votos para a mudança. Antes da votação das emendas, no entanto, seus autores têm de apresentar requerimentos para que o conteúdo seja submetido a voto. Esses requerimentos podem ser aprovados, ou rejeitados, por maioria simples (metade dos votos mais um).

Ainda hoje, estará em discussão no Plenário, pela primeira vez, a reforma tributária. Serão cinco dias de debate, quando os senadores também poderão apresentar emendas. Depois, a matéria voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame das emendas de Plenário.



Waldemir Rodrigues

**SOLUÇÃO** Reunião com Germano Rigotto (ao lado de Mercadante) garantiu o entendimento

## Acordo põe fim a impasse sobre subteto

O subteto salarial para servidores dos executivos estaduais não será suprimido da reforma da Previdência, como vinha reivindicando o PMDB. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), chegaram ontem a um acordo.

O governador enviará à Assembleia Legislativa gaúcha projeto estabelecendo um “salário de referência” para o funcionalismo, evitando possíveis problemas com o subteto previsto na reforma – pela qual nenhum servidor do Executivo

estadual poderá ganhar mais que o governador. Para todos os efeitos, o “salário de referência” será o salário do governador.

O problema surgiu porque o salário do governador gaúcho é considerado baixo e há centenas de servidores estaduais recebendo mais. Assim, o “salário de referência” manterá sem redução os salários desses servidores. O problema do Rio Grande do Sul foi agravado porque a Constituição do estado fixa o salário do governador como o mais elevado dos funcionários do Executivo, e não há mais tempo para mudanças.

No final, os senadores manterão os subtetos negociados na Câmara, e os senadores votarão emenda paralela, que dará 60 dias para que os governadores que ganham pouco proponham às assembleias elevação de seus salários. Pela reforma da Previdência, no governo federal o teto será o rendimento de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) – cerca de R\$ 17.100. Nos estados, o subteto no Executivo será o salário do governador; no Legislativo, o de deputado estadual; e no Judiciário, o vencimento de desembargador.



## REFORMAS

Governo deve garantir que emenda com temas polêmicos não vai ser esquecida, diz Simon. Serys pede união do PT, enquanto Paim defende busca de acordo. Já Heloísa denuncia que governo troca cargo por voto

## Paim afirma que lutará "até o fim" em busca de acordo

O senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu lutar até o fim ("até os 90 minutos de jogo e mais a prorrogação") em busca de acordo sobre os pontos que considera fundamentais na reforma da Previdência: subteto, paridade, transição e não-contribuição de inativos. Paim anunciou que hoje haverá reunião com o presidente do PT, José Genoíno, ele próprio, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o relator da reforma, Tião Viana (PT-AC), em busca de acordo.

Paulo Paim considera impossível votar em dois turnos três reformas previstas em propostas de emenda à Constituição (Previdência, paralela e tributária) e o Orçamento Geral da União até 15 de dezembro (fim do ano legislativo), sem que haja acordo.

– Sem entendimento, teremos que ter uma convocação extraordinária – previu.

## Para Heloísa, texto é injusto e mantém privilégios

Na véspera da votação da reforma da Previdência, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) analisou a proposta do governo com a intenção de mostrar o quanto a considera injusta. Ela afirmou que está havendo troca de votos por cargos, de forma a viabilizar a aprovação das propostas de emendas constitucionais (PECs nº 67 e 77) sobre o tema.

Conforme Heloísa, as mudanças não tocam em privilégios como os altos salários nos estados e benefícios para os senadores. E, ao não instituir uma regra de transição, penalizam os que começaram a trabalhar mais cedo. A senadora mostrou que, para garantir paridade com o trabalhador na ativa ao se aposentar, o servidor terá de preencher pelos menos três requisitos: 35 anos de contribuição, 60 de idade e 25 de serviço público.

– Mentir depois de velho é



Márcia Kolumbe

**DIREITOS** Paim quer aprovar o subteto, paridade, transição e não-contribuição de inativos

Paim tem 26 emendas à reforma da Previdência e as apresentará na forma de destaques. Ele pediu que os 81 senadores tenham chance de se pronunciar sobre a reforma da Previdência hoje, quando se inicia a votação da PEC em primeiro turno.

– A votação vai se estender pela quarta-feira, porque todos os senadores terão a chance de se pronunciar – disse.

O senador não antecipou como irá votar, caso não haja acordo em torno dos pontos que defende.



Roosevelt Pinheiro

**DENÚNCIA** Heloísa Helena diz que o governo está trocando cargos por votos

feito – disse, ao acusar o governo e seus líderes de "falsas promessas". Para Heloísa, a proposta é consequência da submissão do governo ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A senadora mostrou-se contrariada com as acusações de que estaria sendo infiel ao partido, por votar contra a orientação da Executiva do PT. Heloísa Helena assinalou que está defendendo os princípios históricos do partido e que, ao trocar votos por cargos, Lula estaria fomentando a infidelidade partidária.

## Simon pede garantia de que paralela será votada

**Senador quer impedir que proposta alternativa da Previdência "fique esquecida na gaveta"**

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao governo Luiz Inácio Lula da Silva garantia de que a chamada reforma paralela será efetivamente votada, sem o risco de "ficar esquecida em alguma gaveta". Ele lembrou que o processo de votação de proposta de emenda constitucional (PEC) é longo, por isso será desgastante para o governo a tramitação de uma segunda reforma previdenciária, depois de vencida a batalha de aprovação da primeira.

Pedro Simon mencionou o episódio das privatizações, em que o Senado exigiu do então presidente Fernando Henrique Cardoso carta com garantias pessoais de que a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil não seriam privatizados.

– Essas instituições não foram privatizadas, mas, sem a



Roosevelt Pinheiro

**ENTENDIMENTO** Simon defende mais negociações sobre os temas polêmicos da reforma

carta de FHC, teriam elas sido poupadas? – perguntou.

Para Simon, o Senado está sendo tratado como um órgão anacrônico que atrapalha a tramitação rápida de propostas de um governo moderno que, quando possível, quer resolver os impasses por meio de medida provisória (MP), que vira lei no dia de sua publicação.

– Não querem aceitar que o Senado modifique dispositivos da reforma e a faça retornar à Câmara dos Deputados – observou Simon.

## Serys: rumos do governo estão em jogo

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) disse que os rumos do governo Luiz Inácio Lula da Silva estarão em jogo na votação da reforma da Previdência no Senado. Mesmo posicionando-se contra alguns pontos da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/03), a senadora afirmou que terá de votar com o relator, senador Tião Viana (PT-AC), lembrando que o Partido dos Trabalhadores fechou questão sobre a matéria.

– Não quero que me considerem traidora. Traição, para mim, é deixar o PT ir para a direita, é descarrilhar em rumos contrários ao que o povo desejou e almejou que o país tomasse com a posse do presidente Lula. Neste momento quase que de desespero, digo que precisamos ter fidelidade partidária sim. Eu que construí minha vida no PT não vejo outra alternativa – ressaltou.



Roosevelt Pinheiro

**APOIO** Para Serys, as forças de esquerda do PT precisam se manter unidas, não se dispersar

Na avaliação da senadora, o PT deveria ter discutido mais internamente a reforma da Previdência antes de fechar questão sobre o tema. Ela observou que muitos parlamentares do partido estão vivendo um conflito pessoal e, em alguns momentos, sentindo-se violentados em ser obrigados a votar

Para o senador, dispositivos como as regras de transição para os atuais servidores, a paridade entre servidores aposentados e na ativa e a contribuição previdenciária de inativos, contidas na proposta principal, "são dramáticos" e não podem ser aprovados na forma como estão redigidos.

– É preciso haver mais negociações para se chegar a um entendimento menos draconiano para os servidores públicos – defendeu.

### Angústia

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse estar angustiado diante dessa situação. Para ele, ainda há tempo para mudar alguns dispositivos da proposta principal ou estabelecer garantia de que a PEC paralela será votada.

Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou contra a tendência de transformar o Senado em "mera Casa de chancela", em que as reformas chegam na "undécima hora" e não podem ser modificadas.

– Essa situação, cada vez mais nítida, é humilhante para os senadores – afirmou Lobão.

contra os próprios princípios.

### União

Serys conclamou os integrantes do PT a trabalharem dentro do partido para que o governo Lula não vá para um caminho diferente do que sempre foi defendido por ele e demais petistas. Ela acrescentou que as forças de esquerda, em vez de se dispersar, têm de se manter unidas para corrigir os rumos do governo, de forma que possa estar em sintonia com os milhões de brasileiros que elegeram Lula.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que, quando governador do Piauí, implantou um redutor que acabou com os supersalários na administração estadual. Ele registrou que o maior salário pago em 1995 pelo estado chegava a R\$ 27 mil. Com o apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), esse valor foi reduzido.





**APELO** João Ribeiro pede ao governo que garanta os direitos dos usuários

## João Ribeiro: plano de saúde não cumpre lei

Ao informar que pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) revelou que os principais planos de saúde do país não cumprem integralmente a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde, o senador João Ribeiro (PFL-TO) pediu ao governo federal que tome providências para garantir o direito dos usuários desses serviços. Segundo o senador pelo Tocantins, num universo de 16 itens o Idec constatou desrespeitos à legislação que variam entre 32% e 50% dos casos analisados. A pesquisa abrangeu a contratação, vigência e cancelamento dos convênios médicos. Esses procedimentos foram testados por meio de ligações telefônicas e em situações reais de atendimento vivenciadas pelos técnicos do Idec. Os resultados foram classificados como “muito ruins” e “preocupantes”. – Um dos casos registrados foi o de uma senhora de 86 anos de idade, portadora de artrose, a quem foi negado atendimento pelo plano de saúde, sob a alegação de inadimplência por período inferior a 60 dias, quando a operadora teria obrigação de oferecer tal cobertura – afirmou João Ribeiro. Ele também leu nota assinada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) cumprimentando Marcelo Crivella (PL-RJ) pela participação no programa *Domingo Legal*, do SBT. Na ocasião, Crivella interpretou a *Canção do Congresso*, música do senador em parceria com Carlos Colla.

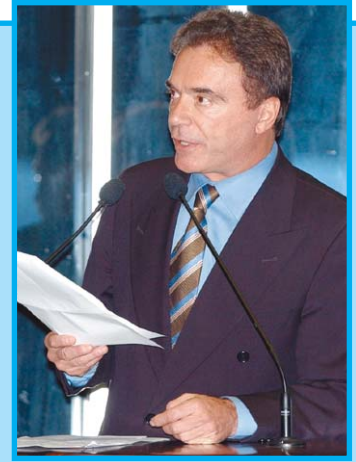
## Alvaro defende livre comércio entre Mercosul e Comunidade Andina

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a retomada dos esforços para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. Ele lembrou o compromisso assumido em Montevideu, em agosto passado, pelos países que integram os dois blocos comerciais, que concordaram em chegar a um acordo de livre comércio antes do fim do ano.

– O processo de formação de uma zona de livre comércio intrablocos representa a concretização de uma aspiração legítima de nossos povos, bem como possibilita a formulação de uma visão mais consistente sobre o futuro da integração hemisférica. A possibilidade efetiva de concluir o mais breve possível as negociações com a Comunidade Andina, na minha avaliação, transcende o que poderia ser

visto como mero movimento de agregação de alguns novos associados – comentou.

Alvaro afirmou que o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, além de emblemático, espelha a preocupação brasileira de manter uma inserção internacional que não privilegia qualquer agrupamento regional, mas sem perder de vista o processo de integração latino-americana.



**COMPROMISSO** Alvaro lembra que países concordaram em chegar a acordo este ano

# Ideli destaca momento favorável para a política externa brasileira

**Acordo mais flexível sobre a Alca e decisão da OMC favorecem o país, na opinião da senadora**

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou dois acontecimentos positivos no cenário econômico mundial favoráveis ao Brasil e parabenizou a condução da política externa brasileira pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O primeiro fato é o acordo mais flexível para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), conforme pretendia o Brasil e queriam evitar os Estados Unidos. O segundo é a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) de punir o governo norte-americano pela decisão de criar uma sobretaxa para o aço im-



**PLEBISCITO** Ideli concorda com projeto que determina consulta sobre entrada na Alca

portado por esse país.

A Alca “flexível”, enfatizou, contrapôs a articulação capitaneada por Canadá, México e Chile por um tratado amplo. Mas a decisão, ressaltou, “não significa que as coisas vão caminhar com toda a tranquilidade”. Ressaltou que os Estados Unidos mantêm negociações comerciais paralelas à Alca

com outros países da América do Sul, como o Peru, a Bolívia e a Colômbia.

A senadora destacou ainda que as negociações para uma área de livre comércio entre os países do Mercosul e a União Européia têm prazo para se encerrar em outubro do ano que vem – antes, portanto, do prazo final para a Alca.

– Haverá uma verdadeira corrida, uma disputa entre os Estados Unidos e a União Européia, para ver quem fecha primeiro o acordo com o Mercosul – afirmou, lembrando que as negociações acontecem “em pleno cenário eleitoral” nos Estados Unidos.

### Retaliação

Ideli Salvatti observou que os

européus, também prejudicados com a sobretaxa americana para o aço, estão adotando medidas de retaliação regionais dentro dos Estados Unidos, para prejudicar o desempenho eleitoral do Partido Republicano, do presidente George W. Bush. A decisão da OMC, afirmou, tem “relevância fundamental” para o Brasil, por condenar o protecionismo adotado pelos países ricos em relação aos produtos dos países em desenvolvimento.

A senadora informou ter apresentado texto substitutivo ao projeto de decreto legislativo apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que propõe um plebiscito para decidir se o Brasil participará das negociações da Alca.

Relatora da matéria, Ideli Salvatti anunciou que seu substitutivo determina que a população se manifeste ao final das negociações.

## Suassuna apóia viagem de Lula à África

A importância da viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ao continente africano foi destacada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele opinou que, além do caráter simbólico, da busca por uma aproximação com nossos antepassados, a visita teve um aspecto pragmático, no qual se destacaram objetivos geopolíticos e econômicos.

Na avaliação do senador, é importante para o Brasil estabelecer uma relação estratégica com as nações periféricas à

América do Norte e à União Européia, principalmente num momento em que países da África e da América Latina pleiteiam vagas de membros permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

– No que concerne aos objetivos econômicos, basta lembrar que o presidente se fez acompanhar por mais de uma centena de empresários, e por um grande número de ministros. E essa é uma área, sabemos todos, em que há muito a

ser feito. Afinal, em 2002, o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países africanos não chegou a US\$ 5 bilhões – afirmou Suassuna.

Ao longo da história do Brasil, conforme o senador, houve somente dois momentos em que o país buscou uma aproximação com a África: durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, no início dos anos 60, e durante os governos Geisel e Figueiredo, na segunda metade da década de 70 e na primeira metade da década de 80.



**IMPORTÂNCIA** Suassuna diz que Lula persegue objetivos geopolíticos e econômicos



# Conselho pode retomar o debate da Lei de Imprensa

Sugestão para incluir projeto na pauta do colegiado tem apoio do presidente do órgão de assessoramento

A passagem dos 180 anos da edição da primeira Lei de Imprensa do Brasil, comemorada ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), pode coincidir com a retomada da discussão do projeto de nova Lei de Imprensa que há 11 anos tramita no Congresso. A proposta de inserção do tema na pauta do colegiado foi sugerida pelo conselheiro Francisco Pereira da Silva, representante dos radialistas, e prontamente encampada pelo presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, que deve formar um grupo de trabalho para estudar o assunto.

– É preciso reformar a pior Lei de Imprensa do planeta – declarou José Paulo, realçando o desafio do projeto em conciliar a garantia de ampla liberdade de imprensa com a responsabilidade no exercício de informar. À espera de votação pelo Plenário da Câmara desde agosto de 1997, o substitutivo oferecido pelo deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) teve sua deliberação emperrada, segundo admitiu o próprio relator. É que faltou entendimento em torno da fixação de um teto



**RELEVÂNCIA** Conselho de Comunicação Social comemorou ontem os 180 anos da primeira legislação de imprensa adotada pelo Brasil

para indenização por dano moral.

## Divergências

A questão chegou a suscitar divergências de opinião entre o presidente do Conselho de Comunicação Social e o conselheiro Daniel Koslowsky Herz, representante dos jornalistas. Herz argumentou que a definição de um limite para indenização, como querem os representantes das empresas de comunicação, poderia desatar o nó da tramitação. Já Cavalcanti Filho observou que a teoria da indenização não encontra limitador na situação econômica do agressor. “O limite da indenização é a extensão do dano”, sustentou.

Embora considerando legítima a posição defendida pelos meios de comunicação, o deputado Vilmar Rocha optou por não estabelecer um parâmetro para a indenização por dano

moral em seu substitutivo, “para não reduzir a eficácia da lei”. O relator advogou a adoção de um sistema de reposição financeira “equilibrado e justo”, que não leve a empresa de comunicação à falência, mas que também não seja simbólica. E disse que, se o direito de resposta for bem contemplado na nova lei, isso pode reduzir em 80% as pendências judiciais em torno da responsabilidade penal e do ressarcimento por dano moral.

Para o conselheiro e jornalista Carlos Chagas, representante da sociedade civil, está na hora de o conselho assessorar o Congresso na consolidação da legislação sobre a mídia do país. A respeito da história da Lei de Imprensa no Brasil, ele afirmou que ela foi marcada por contradições entre dispositivos reguladores da censura e da liberdade de expressão.

## “Mais austero dos poderes e refúgio da ética”

Em nome do presidente do Senado, José Sarney, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) participou da reunião especial do Conselho de Comunicação Social – órgão de assessoramento do Congresso – que comemorou os 180 anos da primeira Lei de Imprensa.

Segundo afirmou Sarney, no discurso lido por Heráclito, a atuação da imprensa brasileira encarna “uma história de coragem, feita de homens capazes de desafiar golpes de espada pela liberdade de divulgar a opinião, não só a deles, mas as de todos”.

Quanto ao papel da imprensa

sa nos dias de hoje, o presidente do Senado disse não ser mais o “da subversão dos valores, da luta contra a injustiça”. Nas palavras de Sarney, a imprensa estaria hoje no centro da responsabilidade pública, o que lhe exige, portanto, “ser o mais austero dos poderes e o refúgio intocável da ética”.

José Sarney lembrou que a primeira regulação sobre o exercício da imprensa no país remonta ao ano de 1821, quando se aplicou a lei adotada pelas cortes constitucionais portuguesas.

A norma cujos 180 anos foram

comemorados pelo Conselho de Comunicação refere-se a um decreto editado em 22 de novembro de 1823, uma variante de decreto proposto pela Assembleia Constituinte de 1823, fechada por dom Pedro I, que não admitia a censura e declarava a liberdade de expressão, submetendo abusos a júri.

Também participando da reunião especial do Conselho de Comunicação Social, o professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Luiz Maranhão Filho afirmou que a nova Lei de Imprensa do país deve ser democrática e privilegiar não só a regulamentação dos órgãos de imprensa, mas também a defesa do exercício da profissão de jornalista.



**Sarney vê na imprensa uma história de coragem**

# Brizola será ouvido hoje sobre representação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado se reúne hoje, às 17h, para ouvir o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, acerca da representação que ele apresentou contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), em que o acusa de falta de ética, “comportamento político e social imoral”. O parlamentar já apresentou defesa argumentando que não cometeu qualquer violação ao Código de Ética.

Brizola narra que, na campanha eleitoral de 1998, Roberto Saturnino assinou carta em que assumira o compromisso de dividir o mandato de senador com o seu suplente, Carlos Lupi, do PDT. Esse episódio, segundo o presidente do PDT, ocorreu no quadro político-eleitoral daquele ano, em que houve, tanto no plano federal como no estado do Rio de Janeiro, a união dos partidos de esquerda.

– Assim, o PDT requer a abertura de processo de cassação do mandato do senador em razão da prática de comportamento político e social imoral – afirma Brizola.

## Defesa

Na defesa prévia que apresentou ao Conselho de Ética, Roberto Saturnino se baseia em pareceres jurídicos da Advocacia Geral do Senado e da Presidência da Casa, que concluem

que a representação não narra fato que estaria entre os casos de transgressão ao Código de Ética. O senador argumenta que a carta que assinou em 1998 não tem qualquer valor legal.

– O candidato não poderia dispor de eventual mandato, do qual não era titular, baseando-se em acordo partidário – afirma Saturnino, listando dispositivos regimentais e constitucionais que não estariam contemplados no pedido de perda de mandato.

Além disso, a defesa pondera que se trata de ato praticado antes de Saturnino haver assumido o mandato, e sustenta que o Senado não seria o foro adequado para tratar da matéria. Por fim, o senador fluminense lembra que a coligação que o elegeu ao Senado em 1998 se desfez em pouco tempo e, hoje, não existe mais.

Depois de ouvir Leonel Brizola, o presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que é o relator da representação, deve convidar os suplentes de Saturnino para prestarem esclarecimentos na próxima semana. Em seguida, o relator vai ouvir o senador. A apresentação do parecer de João Alberto está prevista para 16 de dezembro e a votação para a semana seguinte.

## Aprovado pesar pela morte de Basileu França

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do educador e escritor goiano Basileu Toledo França, e o envio de condolências à sua família.

Ao encaminhar a votação do requerimento, Maguito ressaltou o trabalho incessante de Basileu França na defesa da educação como instrumento primordial de desenvolvimento econômico e de integração social. Morto aos 84 anos de idade, e com 24 livros publicados, o professor deixou um legado de inteligência e trabalho que servirá de inspiração e exemplo para as futuras gerações, enfatizou.

Seus livros versaram sobre múltiplos assuntos, tais como literatura, educação, história e economia,



**DEDICAÇÃO** Maguito Vilela exalta trabalho do professor goiano em defesa do ensino

disse. A última obra, intitulada *Algumas Estórias*, resgata suas experiências de estudante em São Paulo e no Rio de Janeiro. Maguito lembrou as palavras de gratidão do professor a essas cidades onde completou a sua formação.

Maguito disse que Basileu Toledo França participou recentemente em Jataí, sua cidade natal, da inauguração do Centro Cultural, que recebeu seu nome.





**INVESTIMENTO** Região quer apoio de agência anunciada pelo governo, afirma Tebet

## Tebet defende incentivo para o Centro-Oeste

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao governo federal, especialmente ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para que a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste “conceda incentivos para a região desenvolver seu potencial”. O parlamentar disse ter ficado “chocado” com a manchete do jornal *Correio Braziliense* de ontem: “Governo nega incentivos fiscais para o

Centro-Oeste”. A notícia informa que a agência a ser criada não concederá subsídios à região. O jornal acrescenta que, se depender da vontade de Ciro Gomes – a quem cabe finalizar o projeto –, a agência terá um papel bem limitado. Segundo o senador, ela “funcionará mais como articuladora e formuladora de políticas regionais”. Assim, acrescentou Tebet, o

órgão anunciado pelo presidente Lula “não passará de faz-de-conta”. Para o senador, será “uma agência virtual” – Não é isso que o Centro-Oeste está esperando. Queremos uma agência de desenvolvimento que conceda incentivos para a região desenvolver seu potencial – afirmou, acrescentando que o projeto da nova agência tem de passar pelo crivo do Congresso Nacional.



**URGÊNCIA** Para Tourinho, conclusão das obras deveria ser prioridade do Executivo

## Tourinho cobra implantação de gasoduto

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alertou ontem o governo federal para a necessidade de realização de obras que permitam o pleno abastecimento de gás da Bahia. De acordo com o senador, está em marcha uma política de abertura de novos mercados, quando o potencial existente no estado ainda não está sendo totalmente explorado.

Tourinho lembrou que em seu pronunciamento anterior havia se referido à importância fundamental da construção de um gasoduto ligando o Sudeste ao Nordeste, o Gasene. O parlamentar reafirmou que, nos próximos dois anos, a Petrobras reforçará a sua malha Nordeste, ampliando a capacidade dos gasodutos para viabilizar o transporte de volumes de gás que serão recebidos por meio do Gasene. No discurso de ontem, ele chamou a atenção para o fato de ser o Gasene “ainda um projeto”, a ser concluído até 2008.

– O assunto deveria estar no topo da lista de prioridades da Diretoria de Gás e Energia da Petrobras, bem como do Ministério de Minas e Energia e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – disse ele.

### Jazida

Com o apoio do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que o aparteuou, o senador Tourinho lembrou que a Petrobras descobriu uma grande jazida de gás natural na Bacia de Camamu, próxima da costa da Bahia, com reservas da ordem de 25 bilhões de metros cúbicos de gás, a apenas 70 quilômetros de Salvador, em linha reta. Segundo o senador baiano, essa fonte de suprimento pode ser mobilizada em até dois anos, suprimindo a Bahia e a Região Nordeste até a conclusão do Gasene. Tourinho também destacou a necessidade de suprimento às térmicas do Nordeste.

# Ana Júlia denuncia ação violenta de madeireiros no interior do Pará

■ Setor reage de forma ilegal a decreto do governo que cria reserva extrativista, alerta a senadora

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) denunciou que a ação do governo federal no combate à devastação da Amazônia vem gerando uma reação “absurda, ilegal e ilegítima” por parte do setor madeireiro. Ela destacou que a oposição às iniciativas governamentais ocorre principalmente nos municípios de Altamira e Porto de Moz, ambos no Pará.

Na avaliação da senadora, a reação dos madeireiros é consequência imediata da assinatura de um decreto pelo presidente Lula que cria a reserva extrativista Verde para Sempre,



**PRESERVAÇÃO** Ana Júlia lembra que população local busca o uso sustentável dos recursos

com 1,3 milhão de hectares abrangendo terras no sudoeste do estado. Ela lembrou que há três anos as comunidades de Porto de Moz e Prainha lutam pela criação da reserva, com o objetivo de garantir o

manejo sustentável dos recursos florestais da região.

– Essa reserva já havia sido proposta anteriormente, mas o então governador do Pará, Almir Gabriel, foi contra sua criação, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a iniciativa. Agora, com a provável entrada em vigor desse decreto até dezembro, alguns madeireiros sentem que perdem excelente oportunidade de extrair madeira predatoriamente e tentam reverter a situação – afirmou Ana Júlia.

A ação dos madeireiros, declarou, está se dando de forma violenta. Segundo a senadora, uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz sofreu intimidação, por meio de telefonemas anônimos que ameaçavam incendiar o local do encontro.

Ana Júlia também disse que

o grupo Campos – controlado pelo prefeito de Porto de Moz, Gerson Salviano Campos (sócio da serraria Cariny), e dois dos seus irmãos, o vereador Rivaldo Salviano Campos e Francimeire Salviano Campos (proprietários da indústria madeireira Maturu) – foi citado seis vezes em relatório do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) como envolvido em casos de invasão de terras na região.

Na semana passada, acrescentou a senadora, agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Polícia Federal e do Exército foram mantidos por várias horas dentro de um hotel em Medicilândia (PA), quando o local foi cercado por mais de 300 madeireiros insatisfeitos pela ação de fiscalização do Ibama.

## Garibaldi elogia governo pela criação do Instituto Nacional do Semi-Árido

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou a criação, pelo Executivo, do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), que foi inaugurado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em Campina Grande, na Paraíba. Garibaldi informou que o Insa deverá aglutinar diversos órgãos federais de pesquisa e desenvolvimento no semi-árido, e disse que sua criação atende a uma reivindicação histórica da região.

O senador lembrou que a seca assola boa parte do semi-

árido, mas defendeu que “o sertão não pode continuar a ser sinônimo de falta de dinamismo econômico, de área de emigração em virtude de completa falta de recursos”.

Garibaldi ressaltou que a escassez ou a irregularidade de chuvas não pode mais ser um problema insolúvel, porque há soluções técnicas compatíveis com o clima, com os ecossistemas locais e com os potenciais hídricos; é preciso, no entanto, investimento. Ele afirmou que as altíssimas produtividades alcançadas pelo estado da Califórnia, nos Estados Uni-

dos, e pelas áreas desérticas de países como China, Índia, Israel e Chile atestam que é possível alcançar auto-suficiência em vários tipos de culturas e até produzir para exportação.

Também as regiões irrigadas de Petrolina, em Pernambuco, Juazeiro, na Bahia, e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, disse o senador, demonstram que é possível obter altas taxas de produtividade no semi-árido. O senador espera que haja uma perfeita integração entre os diferentes órgãos e instituições que atuam na área, como a Embrapa, e os próprios go-



**TECNOLOGIA** Sertão precisa de investimentos para superar problemas, defende Garibaldi

vernos estaduais do Nordeste.

O Insa terá recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão, provenientes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do governo da Paraíba, além de R\$ 5,3 milhões de fundos de investimento.





**MEIO AMBIENTE** Maria do Carmo pede informações sobre estudo contra atividade no Nordeste

## Maria do Carmo defende criação de camarões

Requerimento apresentado à Mesa pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) solicita à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informações sobre estudos científicos conduzidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) acerca da cultura de camarões no Nordeste. A senadora indaga se a carcinicultura tem, de fato, prejudicado o meio ambiente, em especial a reprodução dos caranguejos.

Na semana passada, a senadora por Sergipe manifestara preocupação, em Plenário, com as dificuldades que os criadores de camarão têm encontrado junto às representações do Ibama nos estados. As alegações, segundo declarou, são relacionadas a possíveis danos ao meio ambiente causados pela atividade. No entanto, ela argumenta que, para diminuir a desigualdade regional, é necessário que se invista levando em consideração as potencialidades específicas de cada região.

A senadora Maria do Carmo salienta que a criação de camarões na região é uma atividade que se apresenta como “uma possibilidade sem igual, pois agrega a vocação natural do Nordeste com um mercado amplo e receptivo para o produto brasileiro”.

# Eduardo quer explicação de Lessa sobre ações da Vale

Senador sugere à CAE que convide dirigente do BNDES a explicar compra de títulos da antiga estatal

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu, em discurso, que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convide o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, para explicar a recompra de 8,5% das ações da Valepar, que detém o controle acionário da Vale do Rio Doce. A operação abriria espaço para a reestatização da empresa, disse ele. Além disso, o senador pretende que Lessa fale sobre os conflitos entre o BNDES e o Ministério da Fazenda.

Eduardo leu trechos de re-



**RETORNO** Mercado indaga se governo está recuando na desestatização, diz Eduardo

portagem da revista *Veja* desta semana, sob o título “A última do doutor Lessa”, que critica a recompra das ações, pelo valor de R\$ 1,5 bilhão, e fala de “trapalhadas” de Lessa na direção do banco. O parlamentar ob-

servou que a decisão não teve, antes, aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o mercado passou a questionar se o governo não estaria recuando no programa de privatização.

O vice-presidente do BNDES, Darc Costa, também foi criticado pelo senador por suas manifestações contra o ministério. Entre outras coisas, Darc Costa chamou a Secretaria do Tesouro de “Secretaria da Tesoura”.

– Há um claro conflito entre a direção do BNDES e o Ministério da Fazenda. Esse conflito e as atitudes do banco, contrárias à política do governo, têm de ser explicados aos senadores. Afinal, eles podem ser arrasadores para o país – advertiu Eduardo Siqueira Campos. Em aparte, ele foi aplaudido pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

## Paulo Octávio destaca a importância do 5º Congresso Brasileiro de Turismo

A realização em Brasília, hoje e amanhã, do 5º Congresso Brasileiro da Atividade Turística, com a participação de especialistas de vários países, foi destacada, em Plenário, pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Os participantes deverão discutir, segundo informou, a implantação do Plano Nacional de Turismo, que tem como objetivo aumentar para 65 milhões o movimento de passageiros nos vãos domésticos e ampliar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no país, buscando gerar 1,2 milhão de novos empregos até 2007.

Paulo Octávio afirmou que atingir essas metas ambiciosas, dada a dimensão continental brasileira, dependerá muito da



**ESFORÇO** Encontro em Brasília debaterá medidas capazes de dinamizar a atividade no Brasil

superação da precariedade do transporte aéreo no país, a revisão de seus custos e o estabelecimento de novas rotas.

A abertura oficial do encontro se dará às 11h, no Auditório Petrônio Portella, no Senado

Federal, com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, e dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha.

Durante os dois dias, os participantes do encontro vão debater a elaboração de projetos de lei visando à promoção do desenvolvimento do turismo no Brasil e à modernização do transporte aéreo, assinalou. Os especialistas estrangeiros apresentarão as perspectivas e tendências internacionais nessa aliança entre os setores de transporte aéreo e de turismo, acrescentou. O encerramento do congresso de turismo será amanhã, às 19h, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.



**SOLUÇÃO** Para Luiz Otávio, grande consumidor se veria obrigado a racionalizar uso

## Luiz Otávio pede água mais cara para indústrias

As empresas agrícolas e as indústrias devem pagar mais caro pelo uso da água, na opinião do senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele ressaltou que a medida é sugerida por especialistas como a melhor opção para a preservação dos recursos hídricos. O senador argumentou que a tarifa mais elevada se justifica por serem esses os setores que mais consomem água em todo o mundo.

– O caminho é a cobrança, pelo Estado, de um preço razoável que reflita o custo da captação e do fornecimento da água, bem como o custo ambiental representado, por exemplo, pela construção de represas e pela recuperação de mananciais erodidos. A partir do momento em que a água passe a ter um custo econômico razoável, os empreendimentos agrícolas serão induzidos a racionalizar seu uso, sendo demovidos de desperdiçá-la – afirmou.

Luiz Otávio lembrou que “o Brasil já conta com uma legislação avançada sobre o assunto, que vai na mesma direção, prevendo o pagamento da água por seu valor econômico real”. O senador lamentou, no entanto, que grande parte do potencial da legislação não tenha saído do papel, pois depende da participação da sociedade civil, o que não tem ocorrido.



## Mozarildo aplaude campanha pelo voto ético em Roraima

Em discurso no Plenário, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) – foto – parabenizou o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Roraima, desembargador Mauro Campelo, e sua equipe, pelo lançamento da Escola Judiciária Eleitoral. A iniciativa visa

promover nas escolas, entre crianças e adolescentes, o debate sobre a importância do voto ético.

Ele destacou que a campanha procura evidenciar as consequências de um mau ou um bom voto. “É preciso mostrar que o voto não pode ser nego-

ciado por outra coisa que não seja o interesse coletivo e o bem-estar da população.”

Para Mozarildo, a iniciativa é “elogiável sob todos os aspectos”. A cerimônia de lançamento do programa contou com a presença de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

e também de TREs de todo o país, informou.

– A Justiça Eleitoral brasileira serve de exemplo para muitos países do Primeiro Mundo, primeiro pela modernização do ato de votar e, agora, na busca de sua conscientização – afirmou Mozarildo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos e Pedro Simon